

SALÃO DE  
INICIAÇÃO CIENTÍFICA  
**XXIX SIC**  
  
**UFRGS**  
PROPESQ



múltipla   
**UNIVERSIDADE**  
inovadora  inspiradora

<b>Evento</b>	Salão UFRGS 2017: SIC - XXIX SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
<b>Ano</b>	2017
<b>Local</b>	Campus do Vale
<b>Título</b>	Violência letal e políticas públicas: as representações de líderes comunitários sobre o enfrentamento à prática de homicídios na Região Sul do Brasil
<b>Autor</b>	GUSTAVO FLORES CHAPACAIS
<b>Orientador</b>	LETICIA MARIA SCHABBACH

## RESUMO – SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA UFRGS 2017

“Violência letal e políticas públicas: as representações de líderes comunitários sobre o enfrentamento à prática de homicídios na Região Sul do Brasil”

Autor: Gustavo Flores Chapacais – Graduação em Ciências Sociais

Orientadora: Letícia Maria Schabbach – Departamento de Sociologia

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Este trabalho propõe-se a analisar as representações sobre o enfrentamento da questão da violência letal proferidas por líderes comunitários de regiões com altas taxas de homicídios e conflitos, nos municípios de Porto Alegre, Alvorada, Canoas e São Leopoldo (todos no Rio Grande do Sul), Curitiba (Paraná) e Florianópolis (Santa Catarina). As entrevistas foram realizadas no âmbito do projeto “Pensando a Segurança Pública – Edição Especial Homicídios”, financiado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública e executado em 2016 pelo Grupo de Pesquisa Violência e Cidadania da UFRGS. Este projeto de pesquisa fez parte do “Pacto Nacional pela Redução de Homicídios” (BRASIL, 2015<sup>1</sup>).

O trabalho procurou examinar, a partir da codificação de nós no *software* de análise qualitativa NVivo 11, a percepção dos entrevistados sobre três questões distintas embora interligadas: as dificuldades que vislumbram no enfrentamento da violência; a sua avaliação sobre diferentes políticas públicas que afetam esse problema social, bem como as suas sugestões de ações que poderiam ser implementadas pelo poder público.

Entre as dificuldades citadas pelos atores sociais encontram-se desde questões relacionadas à falta de efetivo das forças de segurança pública até a situação fiscal adversa dos atuais governos estaduais. Outros elementos interessantes que emergiram das representações dizem respeito à violência e corrupção policiais, cenários que explicitam a relação tensa entre as comunidades e as forças de segurança.

Procurou-se, igualmente, não focar apenas na avaliação de políticas públicas de segurança em sentido estrito, englobando também as de educação, saúde e assistência social, que na opinião de vários interlocutores podem influenciar não só a prevenção dos homicídios, mas também o seu enfrentamento.

Por se tratar de uma forma de violência complexa inserida em cenários sociais diversos (SCHABBACH, 2011<sup>2</sup>), é preciso analisar a percepção dos atores sociais sobre as políticas públicas com cautela, a fim de se evitar generalizações e simplificações que possam prejudicar as possíveis conclusões do trabalho. De antemão, é possível perceber que há uma diversidade de políticas públicas bem avaliadas pelos entrevistados, como o Programa Mulheres da Paz e os Territórios da Paz, mas que, por falta de continuidade, já não conseguem atender à demanda por segurança das comunidades nas quais os interlocutores estão inseridos.

Por fim, cabe ressaltar que o trabalho possibilita a avaliação das consequências de políticas públicas de prevenção e enfrentamento à violência desde a perspectiva dos próprios envolvidos: os residentes em bairros pobres de municípios do Sul do Brasil.

---

<sup>1</sup> BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Diagnóstico dos homicídios no Brasil**: subsídios para o Pacto Nacional pela Redução de Homicídios. Brasília, 2015.

<sup>2</sup> SCHABBACH, Letícia Maria. “Os Homicídios no Sul do Brasil: tendências e perfil das vítimas”. In: BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **O Panorama dos Homicídios no Brasil**. Brasília, 2011, pp. 91-120. (Segurança, Justiça e Cidadania, Ano 3, n. 6).